

O que há de errado com o teatro infantil de Brasília? O assunto está na página 11. E, na última página, a "Capital da Esperança", ou o "Eldorado" num ensaio fotográfico de Armando Bulcão.

Campus

O Campus está de cara nova. Um jornal democrático, feito pelos estudantes para os estudantes. Sua participação é fundamental para o nosso trabalho. Há inúmeras formas de você colaborar. Procure-nos.

Jornal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília Nº 40, primeira quinzena de setembro/1982



A vitória da OLP no Líbano

(Páginas 6 e 7)

Soldado israelense em Beirute: cruzando os limites da violência

A luta por um pólo cinematográfico no DF

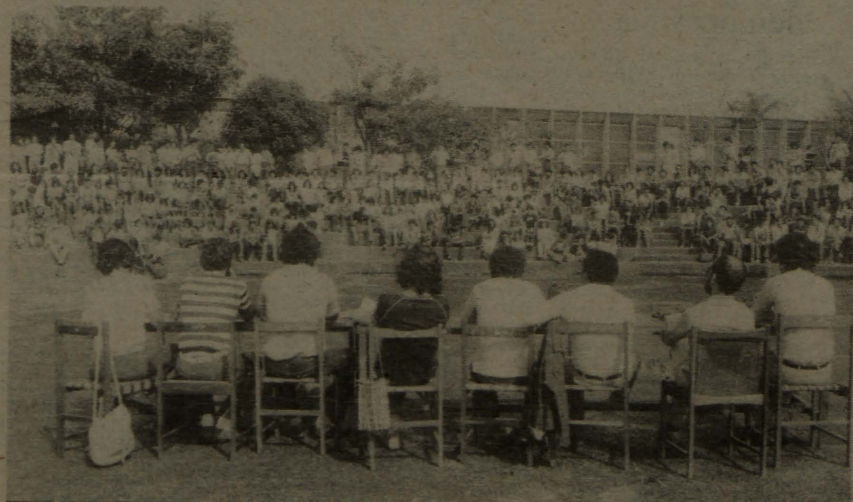
(Página 10)

Leia também nesta edição: as Estratégias do "João do PDS", como renegociar a dívida externa (?), Vargas Llosa a UnB, a greve da Medicina, e o que o nosso "Classificados" tem a lhe oferecer

No Círculo Operário, a convenção do PMDB

(Página 5)

ADUnB e DCE debatem novos rumos para a universidade



Professores e alunos discutiram e aprovaram propostas concretas



Enquanto a representação política para o DF não sai, os candidatos entram na disputa pelo voto do brasileiro

Uma nova proposta de jornal-laboratório

A Redação

Neste segundo semestre de 1982 tem início uma nova e importante fase do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília. Num certo sentido é como se começássemos a reescrever a história do departamento, através da implantação de uma nova proposta de jornal-laboratório.

Este número 39 do **Campus** é na realidade o primeiro número de um novo jornal. Um jornal quinzenal, ao contrário do velho e heróico **Campus**, de periodicidade episódica, frágil embora bravo, que nunca foi capaz de sair do chão apesar dos esforços de tantos competentes alunos que por ele passaram.

Mas foram os próprios alunos que, premidos pela energética ação dos Sindicatos Profissionais no seu esforço de acabar com a adulteração por que passaram os estágios curriculares, elaboraram o projeto deste novo **Campus**, fazendo com que os professores se atrelassem à sua iniciativa pioneira. Iniciativa que, apoiada pela Administração da Universidade de Brasília, começa agora a tornar-se palpável realidade.

Opção fundadora do ensino da Comunicação, o Jornalismo pode agora contribuir para que este necessário, embora tão combatido campo do ensino superior, ganhe novo impulso e cale de vez por todas a voz dos seus implacáveis críticos.

O ensino da Comunicação passa necessariamente pelos meios. Isto é, não se entende o ensino da Comunicação sem os laboratórios que permitam a união da reflexão crítica com a prática profissional. Ocorre que historicamente os Cursos de Comunicação têm sobrevivido sem aqueles laboratórios, sendo depois acusados de não dar a prática que estão por definição impossibilitados de proporcionar.

O novo jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília é mais uma tentativa de romper aquele círculo vicioso. Mas ele não poderá parar por onde está começando. Ele terá que partir para periodicidades mais frequentes, facilitadas por recursos técnicos mais eficientes, através da instalação de equipamentos modernos, que proporcionem aos alunos os meios indispensáveis a uma formação profissional adequada.

Ao mesmo tempo, essa adequação terá que atingir os demais campos do ensino da Comunicação, como o rádio, a televisão, o cinema, a publicidade e, numa escala mais distanciada, as relações públicas. Tal adequação, no entanto, não depende apenas de professores e alunos de Comunicação. Compete às administrações das Universidades e demais instituições, aos próprios empresários de Comunicação, colaborar para que isso se torne realidade, possibilitando o reequipamento dos laboratórios e contribuindo para o aperfeiçoamento de recursos humanos.

É claro que as Universidades serão sempre Universidades, e os cursos de Comunicação, dentro delas, se reservarão o direito de proporcionar um ensino que seja competente profissionalmente, mas que não abdique do questionamento, da crítica, da teoria.

Porém, se dotados de meios, dos quais este novo **Campus** é um rasgo de esperança, os cursos de Comunicação fatalmente irão adquirir condições de fazer a tão falada, mas raras vezes conseguida, união entre teoria e prática.

Naturalmente, a prática que sairá do **Campus** quinzenal será ainda uma prática muito imperfeita, em função da nossa estrutura de jornal-laboratório, isto é, de jornal que não é nem pretende ser um produto pronto e acabado. Portanto, se ele apresenta textos desiguais, ou se a qualidade editorial como um todo deixar eventualmente um pouco a desejar, é porque somos isso mesmo.

Mas fica no entanto a certeza de que todos os esforços estão sendo feitos para editarmos o melhor jornal possível. Neste semestre, já serão oito experiências concretas, fato provavelmente inédito na história do ensino de jornalismo no Brasil. Cada edição será esmiuçada e discutida, na tentativa de aperfeiçoamento constante. E desde já estamos certos de que ao final do semestre os jornais que saíram serão melhores do que este esforço primeiro de um grupo de professores e alunos que sentem-se orgulhosos por poder participar de experiência tão gratificante.

Em busca da notícia

Os alunos que ora começam sua prática profissional na Redação do **Campus** já estão sentindo na carne as dificuldades de ser repórter quando as fontes se tornam inacessíveis ou inalcançáveis. Primeiro foi Paulinho da Viola que, depois de garantir uma entrevista ao nosso "nanico", cansou os repórteres com desculpas evasivas. Depois foi a Embaixada de Israel que, evitando a entrevista, mandou para a Redação pacotes materiais de propaganda, entre os quais se destacavam cópias xerocadas do conservadoríssimo colunista da **Última Hora** carioca, Adirson de Barros. Mas a prática é isso aí. O repórter tem que correr sempre atrás da notícia, mesmo quando a notícia insiste em correr dele. (Prof. Murilo Ramos, Comunicação).

A luta pelo voto

Bem ou mal, a verdade é que os brasileiros de todos os Estados da Federação estão vivendo um clima de animação política diante das proximidades das eleições de novembro. Desde os comícios aos comerciais de televisão, os candidatos levam aos eleitores a sua pregação oposicionista e situacionista, numa "fazeção de cabeça" que se não é ainda inteiramente democrática, é pelo menos um aquecimento promissor. Mas, e os brasileiros? E os eleitores do Distrito Federal? Não está na hora de ganharmos o direito de eleger também nossos representantes? Claro que está. E o **Campus** promete sacudir sempre essa bandeira, unindo esforços com aqueles que há muito vem lutando pelo voto no DF. (A Redação)

Comissão democrática

Sem dúvida, a Comissão do Conselho Federal de Educação (CFE) que estuda os cursos de Comunicação é a mais democrática das comissões que existem hoje a nível do MEC. Isto foi fruto da mobilização de estudantes, professores e profissionais da área, numa prática que deve ser não só divulgada como incentivada para o restante da Universidade. A Comissão se encontra agora na reta final de seus trabalhos, devendo, até outubro, concluir o anteprojeto de resolução para os cursos de Comunicação, depois de ouvidas várias entidades, além do Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação e do Congresso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Comunicação, (ABEPEC).

Uma resolução que atenda à nova realidade da Comunicação no país, no entanto, só vingará se se mantiver o nível de discussão e mobilização que vem exist-

MURO

tindo nas escolas, de forma a garantir que a sua implantação se dê de forma democrática e plena. (Leticia Borges), representante dos estudantes de Comunicação na Comissão do CFE).

Diáspora palestina

O que mais estremeceu o mundo com a invasão do Líbano não foi a morte de milhares de inocentes, ou a destruição de um país. Porque a chacinas, vandalismo e genocídios o mundo já se acostumou. O que mais estremeceu foi tais atitudes virem justamente de um povo que já sofreu outro genocídio na própria pele. Hitler descobriu um "bode espiatório" para concentrar o ódio alemão da época e exterminou 6 milhões de inocentes. Depois veio Winston Churchill, e, perante a Assembleia Geral da ONU em 1947, pediu uma pátria para os judeus de todo o mundo, "que não seja tão judia como a Inglaterra é inglesa, mas que seja um lugar em que estes homens possam considerar seu lar". E fez-se o Estado de Israel. Mas Davi trocou de posição com Golias e ironicamente, hoje, Israel tornou-se a diáspora dos palestinos. (Hugo Studart, Campus)

Ironia histórica

Por mais de 30 anos o mundo não se esqueceu de um dos maiores atos de terrorismo da história, a explosão do Hotel Rei Davi, em Jerusalém. O ato foi assumido pelo grupo **Irgun**, uma organização que se dizia de libertação nacional, cujo objetivo maior era fundar o Estado de Israel no local da Palestina, na época, colônia inglesa. O líder do **Irgun** era jovem Menahem Begin, que viria mais tarde a ganhar o Prêmio Nobel da Paz. E este mesmo Begin, hoje, um respeitável estadista, quem não reconhece o direito dos palestinos terem uma terra, recusando-se a dialogar com a OLP por considerá-la "uma corja de terroristas". Como o mundo dá voltas..

(H.S.)

Fórum de Debates

Fiquei surpreso com a receptividade do "II Fórum de Debates da UnB" promovido pela ADUnB e pelo DCE. O Fórum, apesar dos pesares, conseguiu mobilizar um número significativo de estudantes, que se não foi a maioria pelo menos era a maioria interessada, que levou uma discussão muito produtiva, objetiva, indo além dos chavões em que costuma se resumir esse tipo de evento. Pela ausência de "besteiras" de grande porte, fiquei com a impressão de que as pessoas até têm muita consciência da realidade que a cerca, e só não fazem nada por não acreditarem mais nas formas de luta

política tradicionais. Também por não conseguirem encontrar uma alternativa, a famosa alternativa de não repetir os erros do passado, concretizando assim as vontades do presente. Coisa, que, diga-se de passagem, os debates do Fórum ainda não deram às suas entidades o DCE e a ADUnB ganharam uma linha gigantesca lista de reivindicações, que correm o risco de ficar no papel pela ausência de uma proposta de encaminhar a luta que sensibilize os estudantes (Ulisses Lacava Bigaton, Comunicação)

Cinema candango

O Festival do Filme Brasileiro, realizado sob a promoção do Centro de Cultura Cinematográfica - CCC -, é uma prova concreta do que é possível se efetivar um movimento de cinema candango. Para isso, é fundamental a participação dos órgãos governamentais no sentido de criar a infra-estrutura necessária. Como é, Fundação Cultural? Os artistas estão produzindo, o público está participando; está na hora de apoiar e incentivar nossas produções. E o tal pólo cinematográfico daqui de Brasília? Já não é mais uma reivindicação; agora é uma necessidade imprescindível. (Mriam Quintas, DCE).

O ritual da chuva

De junho a setembro, o clima em Brasília se assemelha muito a um deserto. Haja óleo, e haja água! Diante disso, por que nós, brasileiros, não comemoramos a chegada das chuvas. Por exemplo, com um "ritual-relâmpago" que pudesse encher nossos eixos, eixinhos e eixões com guardas-chuvas coloridos? É uma idéia, não?

Muitos se queixam: Brasília é uma cidade fria, não tem esquinha... e aquela coisa toda. Mas em compensação, nossa cidade tem muito espaço (é um privilégio nos dias de hoje), muito chão, muito céu azul. E muito verde. Que tal a gente combinar esse "ritual da chuva" pro final de setembro? (Mara Régia)

Campus

Publicação quinzenal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição a cargo das disciplinas: Técnica de Jornal e Periódico I, Estágio Supervisionado, Paginação e Revisão e Introdução à Fotografia.

ADUnB e DCE definem formas de luta



Democratização da universidade e questão das verbas: dois temas...



... que os estudantes debateram amplamente durante o fórum

Fim da MGA, fim da lista de chamada, urgente contratação de mais professores para a UnB, aquisição de mais equipamentos para laboratório e melhor utilização dos existentes, fortalecimento das verbas para pesquisa na universidade, mudança na forma de seleção e ingresso dos professores na UnB: essas são algumas das conclusões tiradas no II Fórum de Debates realizado durante os dias 24 e 25 de agosto na Universidade de Brasília, com a participação de professores, alunos e funcionários, numa promoção conjunta do Diretório Central dos Estudantes — DCE, e Associação dos Docentes da UnB — ADUnB, e com o apoio do Sindicato dos Professores, Frente Intersindical do DF, Associação dos Sociólogos e Associação Brasileira de Imprensa.

Na plenária de abertura do II Fórum, o jornalista Pompeu de Souza, presidente da ABI, foi um dos mais aplaudidos. Pompeu leu documento assinado pela entidade que representa, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, pela Andes e OAB.

“O que pedimos é a ampliação do ensino público gratuito, melhor qualidade de ensino universitário, condições de adequação das universidades à realidade brasileira e garantia de liberdade de pensamento e expressão”, disse Pompeu.

Para o estudante de agronomia Zeke Beze, presidente do DCE, a paralisação das aulas na universidade aprovada na plenária de abertura do II Fórum, permitiu uma participação mais ampla dos professores e alunos nas discussões. Os debates, afirma, fornecem subsídios para orientar o programa de luta do DCE. “Debateremos o perfil atual da universidade e daí adotamos os rumos da

política universitária”. Para os estudantes, salienta Zeke, duas questões são fundamentais. A questão da democracia interna visando permitir uma maior participação dos professores, alunos e funcionários nas decisões da comunidade, e a questão das verbas, pois um dos principais problemas de todos os departamentos é a falta de professores devido a política de contenção de verbas adotada pela Diretoria.

Volnei Garrafa, presidente da ADUnB, vê o quadro docente como uma das preocupações dos professores da UnB. Segundo ele, até não há um quadro de carreira docente e os professores que se opõem “ao poder centralizador” da administração continuam prejudicados “com as formas mais variadas de torturas mentais”. A capacidade científica e intelectual dos professores, diz Volnei, muitas vezes é preterida em favor de ranços de teor personalista.

Quanto à política da UnB em relação a pesquisa, Volnei reforça a posição de jornalista Pompeu de Souza, “As pesquisas nas universidades encontram-se bastante desvinculadas das reais necessidades do país” afirma. Ele cita alguns exemplos: desativação do programa de saúde comunitária de Planaltina e do Hospital de Sobradinho, desativação da creche, inexistência de compromisso formal da UnB com relação aos estágios, etc.

Para Carlos Bresciani, aluno de Comunicação e participante como coordenador no II Fórum, um dos principais problemas é com a administração que é altamente centralizadora. Qualquer decisão, mesmo a mais simples possível, “tem que passar pela mão do reitor”. Além disso, o problema de não haver curso noturno foi muito discutido, além da falta de material, de professores e de matérias. (Eduardo Oliveira)

A controvertida questão dos Encontros

Rossana Alves

“Inserir a UnB na comunidade acadêmica internacional, através do estabelecimento, na Universidade, de um Fórum de debates e análise dos problemas contemporâneos”. Esta é a proposta do Decanato de Extensão, ao promover desde 1979 os “Encontros Internacionais da UnB”, que têm trazido ao Campus cientistas de renome internacional como Karl Deutsch, John Kenneth Galbraith, Maurice Duverger, Raymond Aron, ou mesmo Henry Kissinger.

Este semestre já estiveram na UnB figuras como o teatrólogo Eugene Ionesco, o escritor Mário Vargas Llosa e o professor Giovanni Sartori, da Universidade de Turim. Estão previstas, ainda para este semestre, as presenças de Luís da Câmara Cascudo, Karl Popper, Ralf Dahrendorf e Claude Levi-Strauss, entre outros.

A proposta do Decanato, no entanto, não tem aparentemente obtido grande ressonância junto à comunidade universitária, já que a participação de professores e principalmente alunos, tem sido bastante restrita. Quando da visita do ex-secretário de Estado americano, Henry Kissinger, à UnB, o auditório Dois Candangos estava lotado principalmente por ministros, políticos e diplomatas. Os estudantes, por sua vez, estavam do lado de fora promovendo uma manifestação contra Kissinger. O fato ganhou os jornais brasileiros, tendo inclusive repercussão internacional.

Para Zeke Beze, presidente do DCE da UnB, o episódio demonstra

que os encontros não estão atendendo aos interesses dos estudantes. Em primeiro lugar, porque eles não são prioritários para a Universidade dados os gastos vultuosos na sua promoção. “Nós temos problemas mais sérios que precisam ser resolvidos. A Medicina, por exemplo, está em greve pelo reatamento do convênio entre a UnB e a Fundação Hospitalar do DF, que possibilitará aos alunos fazer seus estágios em melhores condições no sexto ano. O curso de Engenharia Florestal ameaça fechar, pois se tem apenas três professores para 14 disciplinas”. Zeke argumenta que a realidade do ensino na Universidade é deficiente. Não se justifica pintar a UnB como detentora de um padrão internacional de ensino, enquanto alguns cursos carecem de uma estrutura mínima de funcionamento.

Por outro lado, existe a crítica do DCE à linha ideológica das figuras convidadas pelo Decanato. “São pessoas comprometidas com as idéias que dominam o país a nível de governo”.

O professor Carlos Henrique Cardim, Decano de Extensão, considera as críticas do DCE infundadas. Segundo ele, a atividade de extensão ocupa apenas 4% dentro do orçamento da Universidade. O ensino de graduação e pós-graduação e a pesquisa têm um tratamento privilegiado na distribuição das verbas. “A extensão dá um retorno de quase 70% enquanto o ensino e a pesquisa são dinheiro a fundo perdido”. Cardim explica que os gastos com os encontros se resumem a passagem e hospedagem do convidado. A UnB compra desses cientis-

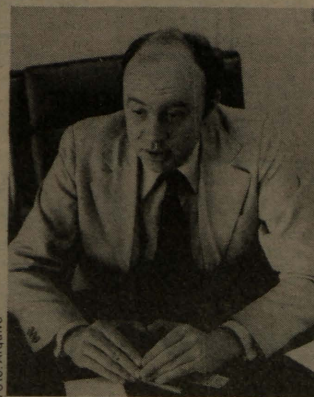


Foto: Arquivo

Cardim: “Preocupação com a qualidade”.

tas o direito de reproduzir suas conferências em forma de livros e videotapes. Com a venda dos livros ao público e dos direitos de reprodução a editores estrangeiros, e ainda com a quantia arrecadada com as inscrições dos participantes, as despesas ficam praticamente cobertas.

Para Cardim, o compromisso maior da Universidade é com o padrão de qualidade. “Temos trazido gente reconhecida internacionalmente. Desde liberais e social-democratas, até marxistas. Nossa intenção é promover um debate amplo entre as diversas correntes de opinião”.

Os professores, por seu lado, vêm

trazer a sua visão sobre os encontros. O questionamento gira em torno do que seja a atividade de extensão. “Ela é fundamentalmente um trabalho que deve contar com a participação democrática da comunidade”, defende o professor Volnei Garrafa presidente da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB). Para ele, o Decanato de Extensão ao invés de “Encontros Internacionais”, deveria promover encontros locais nas cidades-satélites, fazendo um levantamento de seus problemas, para de posse desses dados, tentar levar à comunidade, propostas de solução. Ao contrário disto, a UnB tem desestimulado sistematicamente qualquer atividade extra-curricular de participação comunitária. “O Campus Avançado tem sido mantido apenas pelo compromisso assumido pela Universidade junto ao Projeto Rondon. O Programa de Saúde de Sobradinho foi desativado, além do fechamento da Creche”, justifica o professor.

Para que atividade de extensão venha a responder aos anseios da comunidade universitária, os estudantes propõem participação democrática de alunos e professores no direcionamento desses cursos, o que passaria por uma mudança estrutural da Universidade, onde professores e alunos viessem a tomar parte na condução da política universitária.

Durante a semana a Universidade recebe o pensador italiano Norberto Bobbio, cuja obra inclui ensaios e livros sobre lógica, filosofia jurídica, teoria da linguagem e história e teoria do pensamento políticos.

Resenha

Teve início ontem e prossegue até o dia 3, sempre às 20 h no auditório Dois Candangos, o 16.º Encontro Internacional da UnB. O convidado desta vez é o pensador político italiano Norberto Bobbio, professor catedrático da Universidade de Turim. Os temas são "Bobbio e o Pensamento Jurídico", pelo professor Tércio Sampaio Ferraz Jr., e "Bobbio e as Relações Internacionais", pelo professor Celso Lafer. Quinta-feira, a palestra "Bobbio Por Ele Mesmo", terá comentários do professor Vicente Barreto. Na sexta-feira, finalizando o encontro, "Bobbio Por Ele Mesmo" terá comentários do professor Astério Campos.

—O—O—

Com a presença de vários "lobbistas" e estudiosos internacionais foi realizado no auditório da Reitoria da UnB, o seminário "Lobby e Grupos de Pressão". Philip Lesly, especialista em Relações Públicas falou sobre "A Empresa, Relações Públicas e o Lobby"; houve ainda um painel geral do seminário, que tem o apoio da IPRA — International Public Relations Association — e da Fundação Roberto Marinho.

—O—O—

Todas as quartas-feiras às 9:30 o CA do Direito promove as "Quartas Musicais". O espaço está aberto a todos os cantores, músicos e poetas que queiram mostrar seus trabalhos.

—O—O—

A Diretoria de Cultura do DCE da UnB promove este semestre o "Grupo de Exercício de Estudos sobre Dramaturgia". A direção do curso ficará a cargo do ator e diretor teatral Tom Maranhão. O curso terá além de estudos de textos teatrais, aulas práticas de dramaturgia. Aguardem a chamada do DCE.

—O—O—

A Comissão de Cultura do DCE-UnB está distribuindo questionários entre os alunos com o objetivo de obter um "mapeamento artístico-cultural" da Universidade. O "mapeamento" dá continuidade ao programa cultural do Diretório e visa a reconhecer os recursos artísticos da UnB, dinamizando a participação dos estudantes no seu meio.

—O—O—

O Departamento de Biologia Vegetal está realizando curso de extensão sobre Técnicas de Cultura de Tecidos Vegetais. O curso, dirigido a alunos de graduação, formados e técnicos em Ciências Biológicas e Agronomia, encerrará suas atividades no dia 3 de dezembro.

—O—O—

O CA do Direito está convocando escritores, músicos

e poetas da UnB e da cidade para a organização de um movimento literário. O projeto do poeta Francisco Leite, aluno do Direito, é a criação de uma Cooperativa que divulgue o trabalho individual desses artistas, a exemplo do que acontece em Fortaleza, onde a revista Comboio, editada em sistema cooperativo, divulga os trabalhos de escritores locais. Os interessados devem procurar Adriana, Diretora de Cultura do CA do Direito.

—O—O—

O Encontro Nacional de Estudantes de Direito (ENED) será realizado nos dias 4, 5, 6 e 7 de setembro na PUC, — São Paulo. A finalidade do Encontro é organizar os estudantes para a discussão do ensino jurídico no país. Da pauta do ENED constam os temas Violência, Reforma Penal, Propriedade da Terra Urbana e Rural, Conjuntura Nacional e Ensino Jurídico no Brasil.

—O—O—

Concluindo os debates iniciados ontem, o Departamento de Ciências Sociais comemora os 10 anos do curso de Pós-graduação em Antropologia Social. Sob o título "Antropologia no Brasil: Perspectivas", falaram os professores Egon Schaden, da Universidade de São Paulo e Thales de Azevedo, da Universidade Federal da Bahia. No auditório da Reitoria.

—O—O—

Com o anfitrião 12 da UnB lotado teve início, quinta-feira, dia 26 de agosto, o Seminário Juventude Brasileira promovido pela Frente Cultural de Brasília, tratando do tema Geração Abandonada. Na sexta, houve debate sobre a "Geração A1-5, e um ensaio sobre "Autoritarismo e Alienação", de Luciano Martins. No sábado, houve duas sessões: às 9 horas foi discutido o tema "O Jovem e sua Sexualidade" e às 15 horas, "A produção e o consumo de arte pelo jovem". No domingo, pela manhã, foi a vez de "O jovem e o Mercado de Trabalho". À tarde, os participantes, reunidos em grupo, começaram o debate após a exibição dos filmes "Dilema" e "Meandros" de José Accioli, e "Coisa na Roda", de Werner Schuneman.

—O—O—

"Os novos rumos de Relações Públicas" é o tema geral do VII Congresso Brasileiro de Relações Públicas, que se realiza no Centro de Convenções, de 1 a 3 de setembro.

Cerca de 500 participantes debatem através de conferências painéis, problemas da regulamentação profissional, nível dos cursos universitários, reciclagem de profissionais no mercado e situação das RP nas áreas de governo e empresas.

Decanato aprova comissão para fiscalizar restaurante

A questão do restaurante universitário, como não podia deixar de ser, foi uma das discussões presentes durante o II Fórum promovido pela ADUnB e pelo DCE. O aumento de 38% no preço das refeições no início deste semestre, de acordo com a portaria 3/82 e com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), recolocou o tema em pauta.

Tendo abrangência nacional, a portaria do MEC, baixada no início do ano, determina a divisão entre o carente e o não carente, através de uma fórmula que leva em conta o custo de vida, a renda mensal, a média do salário mínimo e o número de dependentes. Para os estudantes, o preço é de 40 cruzeiros para os carentes e 180 para os não carentes. O funcionário carente paga 60 cruzeiros e os outros pagam preços que vão de 180 a 420 cruzeiros.

Entre os funcionários, as opiniões são bem diversas, indo desde aqueles que acham o preço justo para os carentes e injusto para os não carentes até os que acham o preço justo para todas as categorias. Em geral, porém, os servidores consideram a divisão por categorias um tanto prejudicial para aqueles não conceituados como carentes. Para alguns, a utilização da fórmula da UnB é uma boa medida, mas que não resolveria o problema que vem de instância superior. Por fim, eles não vêem como muito importante a movimentação dos alunos, pois seus interesses seriam diferentes, embora alguns afirmem que os interesses são comuns, mas não há como apoiar.

A revogação dos 38% de aumento, bem como da própria portaria do MEC, é uma das 11 reivindicações aprovadas pelos estudantes reunidos em Assembleia, de onde também saiu uma Comissão encarregada de conduzir as negociações e fiscalizar as atividades do restaurante, que se reuniu uma vez. Esta comissão foi aceita pelo Decano de Assuntos Comunitários, sob cuja atividade o Bandedejo está subordinado, que sugeriu que além dos 3 estudantes (um representante do DCE, um representante dos usuários do Bandedejo e um representante dos moradores do Centro Olímpico), sejam incluídos um funcionário e um representante da Administração do Bandedejo.

Para o decano, Gentil Martins Dias, outras reivindicações podem ser aceitas e algumas, como a instalação dos bebedouros, abertura de caixas para venda de tickets no Minhocão e o remanejamento de grades, roletas e guardas do SPP, já estão sendo colocadas em prática. Sobre a utilização da fazenda Água Limpa, disse que a UnB vê a ideia com simpatia e que seria preciso apenas revisar o projeto com relação aos custos, que estão defasados. Oferecimento de café da manhã, volta da repetição, direito dos alunos de outros estados e em trânsito fazerem refeições pagando o mesmo que os da UnB e melhoria da qualidade da comida não foram abordados pelo Decano.

Quanto ao aumento, Gentil tem opinião de que a UnB não tem poderes para modificar os preços, já que são determinados pelo MEC. Para ele, a UnB não tem recursos e por isto, "não pode ser generosa". Pensa, inclusive, que "quem pode deve pagar para os que não têm condições". afirmou, no entanto, que o estudante que não



Foto: Sandra Tibana

Estudantes pedem revogação da Portaria do MEC

puder pagar, não pagará, acrescentando que o MEC define os critérios, mas que a Universidade vai além da fórmula: caso do semicarente, que este semestre pagará o preço de 110 cruzeiros.

Os estudantes discordam. Para eles deve voltar o subsídio anterior, de 70%, arcado pelo MEC e pela FUB. Aos que comprovarem carência, deveria ser dada isenção total, conforme proposta aprovada pelo Fórum de Debates. O professor Gentil contra-argumenta dizendo que, na verdade, o subsídio aumentou, pois o estudante paga 180 cruzeiros por uma refeição que tem custo real de 420 cruzeiros (número contestado não só pela Diretoria do DCE, como pelo próprio administrador do Bandedejo, para quem o preço real é de 300 cruzeiros).

Apesar da questão do preço não estar sendo discutida pelo decanato, e "não é por falta de verbas", assegura o presidente do DCE, houve um avanço, segundo ele, com a abertura do diálogo e do canal de comunicação que significa a Comissão, que será constantemente avaliada pelos alunos em Assembleias periódicas.

Segundo parece, e no que concorda Gentil, a questão do subsídio é parecida em seus efeitos com a política salarial, que mexe na massa dos salários, redistribuindo-os entre si, pois utiliza o mecanismo de fazer com que categorias mais bem remuneradas entre os usuários arquem com o subsídio, que antes era atribuição do MEC e da UnB. Para os estudantes, no entanto, isto significaria a gradativa implantação do ensino pago na Universidade. De qualquer forma, claro está que o problema não é exclusivamente de verbas, mas um problema político.

(NELSON LUIZ e LETÍCIA BORGES)

CNPq discutiu em Brasília rumos da ciência

Nos dias 25 e 26 de agosto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) reuniu na UnB mais de 300 cientistas de todas as áreas do conhecimento. Intitulado "Avaliação e Perspectivas", o encontro — o terceiro já realizado — teve por proposta básica a discussão, entre cientistas do governo e demais representantes da comunidade científica, da problemática da ciência no Brasil. Encabeçando a lista dos participantes, esteve em Brasília o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), professor Crodovaldo Pavan.

Este encontro distinguiu-se dos dois primeiros, realizados em 1976 e 1978, pelo maior número de áreas abrangidas e pela maior participação dos pesquisadores na elaboração dos documentos que serviram de base para as discussões. Os consultados, segundo o CNPq, constituem uma fração significativa da comunidade científica.

Outro traço característico da presente reunião, segundo salientou o presidente do órgão, professor Lynaldo Cavalcanti, em documento enviado ao encontro, está em que o trabalho resultante das pesquisas e debates serviria como referencial para o planejamento das ações do CNPq e de outras agências governamentais, mesmo considerando as diferentes posições dos participantes em relação aos rumos da ciência no Brasil e ao papel que o Estado deve desempenhar no plano de desenvolvimento científico e tecnológico.

(LETÍCIA BORGES)

Ministra não soluciona a greve da UnB

Os estudantes de Medicina e Enfermagem da UnB, que iniciaram greve no dia 19, mantiveram encontro de meia hora com a Ministra da Educação, Esther Figueiredo Ferraz. A Ministra disse não poder solucionar o problema, adiantando que irá ouvir a Universidade e a Fundação Hospitalar para tentar um diálogo entre as três partes. Disse, também, que encomendará um estudo detalhado do assunto à Secretaria de Ensino Superior.

O que os alunos reivindicam é a volta do convênio entre a Fundação e a UnB, propiciando a livre escolha de internato para o aluno a partir do quarto ano. No entender dos grevistas, o convênio com o Hospital Presidente Médici, além de não atender o número de internatos previstos, distancia o estudante de um contato maior com a comunidade e com os diversos tipos de atendimento realizados em outros Hospitais do Distrito Federal.

Não tendo obtido uma solução para o caso junto à Reitoria, que transferiu a responsabilidade à Fundação Hospitalar, os estudantes procuraram a Ministra. Reafirmaram no encontro que não estão em greve porque querem, mas porque lhes parece a única garantia de conquistarem algo concreto. "Em outros anos, voltamos às aulas para que as negociações fossem encaminhas e nada foi resolvido", afirmam eles.

(NELSON LUIZ)

Veja aqui as reivindicações dos bancários

Estabilidade no emprego, 15% de produtividade, gratificação semestral e o cumprimento da jornada de seis horas de trabalho são alguns dos itens da pauta de reivindicações dos bancários de Brasília que está sendo negociada com os patrões.

Existem, hoje, cerca de 12 mil bancários no Distrito Federal, dos quais seis mil são sindicalizados. Segundo o presidente do sindicato, Augusto Silveira de Carvalho, esse número de sindicalizados é bastante expressivo, considerando-se a grande rotatividade de pessoal dos bancos e os apenas 2.200 filiados ao sindicato por ocasião da posse da atual diretoria.

O dia primeiro de setembro é a data base para a negociação dos novos salários da categoria. Desde o início de abril, o sindicato começou a organizar a campanha salarial, promovendo discussões das quais saíram as reivindicações.

Como parte da campanha salarial, foi realizado um movimento de sindicalização com o objetivo de fortalecer o sindicato e a categoria. No período de 15 de junho a 15 de agosto, foram conseguidas 1.888 adesões.

"Um contato cordial, mas que a gente sente que eles querem impor um acordo vil". Assim Augusto de Carvalho definiu o primeiro encontro mantido com os representantes dos banqueiros. A proposta dos patrões foi rejeitada por cerca de 450 bancários reunidos em assembleia no último dia 19. Eles também decidiram que a categoria discutisse a possibilidade de deflagrar um movimento de advertência aos patrões, que podesse uma greve, uma paralisação de meia hora ou outra forma de alertar os banqueiros da sua disposição.

IMPEDIDOS DE FAZER GREVE

Os bancários são considerados pela legislação como uma categoria que presta serviço "essencial", e portanto, se vêem impedidos de usar livremente do direito de greve para garantir o atendimento "a suas reivindicações". Para o presidente do sindicato, essa legislação é fruto da ditadura, "que arrumou mil e uma formas de cercear essa expressão, essa vontade do trabalhador e, até hoje, apesar de eles falarem que tem democracia e abertura, a gente vive ainda no fechamento à classe trabalhadora".

Segundo ele, "a greve é um fato social e não há forma de enquadrar a realidade social num esquema reacionário e num arcabouço jurídico ultrapassado. A lei de greve é própria lei anti-greve, pois coloca todo tipo de obstáculo à sua realização".

Os banqueiros também têm a seu favor a unidade, isto é, estão organizados a nível nacional, enquanto os bancários estão organizados em sindicatos locais. Existem cerca de 500 mil bancários no país e os sindicatos estão trabalhando no sentido de se manter unidos e realizar as negociações salariais num nível mais amplo.

ATO PÚBLICO

Em comemoração ao dia do bancário, 28 de agosto, e como parte da campanha salarial, o sindicato promoveu um ato público, dia 27, na Praça do Povo. A manifestação, animada por uma dupla de repentinistas, teve como objetivo denunciar à população as condições de trabalho da categoria.

Dezenas de pessoas que trabalham no Setor Comercial Sul, dedicaram parte do seu horário de almoço para ouvir os repentinistas Ivanildo Vilanova, de Campina Grande-PB, e Sebastião Dias de Tabira-AL.

Exploração dos bancários por parte dos patrões, salário mínimo, dívida externa, lucros exorbitantes dos bancos, representação política do Distrito Federal e a situação do trabalhador em geral, foram alguns dos temas dos versos dos cantadores.

Em breve pronunciamento, o presidente do sindicato, Augusto de Carvalho, afirmou ser a classe dos bancários a mais combatida e lembrou o nível de organização alcançado pelos bancários antes de 1964. "Patrões e governo querem arrancar da nossa memória a disposição de luta", afirmou Augusto de Carvalho, e exortou os bancários a "resgatar a tradição de luta" para combater os "patrões mais vorazes e mais parasitas".

Depois de denunciar os problemas enfrentados pela categoria, o presidente do sindicato afirmou o compromisso de aquela entidade com a classe bancária e pediu a solidariedade das demais categorias de trabalhadores.



O clima das eleições chegou a Brasília numa convenção em que não faltaram bebidas, comidas típicas e muita dança

A busca pelo voto brasileiro: PMDB faz convenção em Taguatinga

Mesmo sem representação política, Brasília viveu, dia 29, o clima das eleições. A convenção do PMDB do Distrito Federal transformou-se numa grande festa, onde não faltaram os ingredientes de comício.

Realizada no Círculo Operário de Taguatinga, a convenção do PMDB reuniu centenas de pessoas interessadas em ouvir os pronunciamentos dos candidatos ou simplesmente se divertir.

Milhares de cartazes, faixas, bandeirinhas e folhetos estampavam os nomes dos candidatos do PMDB em vários níveis e de quase todos os Estados, dando um grande colorido ao encontro.

A convenção começou com uma concentração em frente à torre de TV, local de onde os convencionais partiram em caravana para Taguatinga. A reunião durou toda a tarde e noite de domingo e só terminou, com um forró, nas primeiras horas de segunda-feira.

A grande atração do encontro foi os candidatos ao partido em vários Estados, entre eles Gilberto Mestrinho e Alberto Silva, candidatos ao governo do Amazonas e Piauí, respectivamente. Para aqueles que estavam interessados em se divertir, não faltaram bebidas, comida, cantores, fanfarras e até mesmo uma pequena peça de teatro.

Sob um sol intenso e grande calor, crianças e adultos movimentavam-se entre as diversas

barracas montadas no local, onde podiam ser encontrados desde livros e jornais até comidas típicas.

Não faltaram, também, grupos de pessoas, geralmente jovens, que apoiavam seu candidato cantando e gritando palavras de ordem. O grupo mais animado apoiava a candidatura de Aldo Arantes para deputado federal pelo PMDB de Goiás. Vestindo camisetas com o nome do candidato e ao som de batucada, os correligionários de Aldo promoviam a sua candidatura.

O OBJETIVO DA CONVENÇÃO

Segundo o secretário-geral do PMDB-DF, Fernando Tolentino, foram duas as preocupações que motivaram a realização da convenção: a primeira, de ordem formal, que seria o lançamento, em Brasília, das candidaturas do PMDB nos Estados. Isto se explica pelo fato de existirem 220 mil eleitores no Distrito Federal em condições de votar nas próximas eleições.

A segunda preocupação, segundo Tolentino, era fazer um acontecimento político capaz de mostrar que o brasileiro não é indiferente à política e quer participar, reforçando a tese do partido de criar a representação política do Distrito Federal.

PRONUNCIAMENTOS

O ponto alto da convenção do PMDB-DF foi sem dúvida os pronunciamentos dos candidatos e dos dirigentes locais do partido. Mais de uma dezena de políticos discursaram.

Quase todos os discursos tiveram em comum a defesa da representação política do Distrito Federal. Mas, enquanto não vem a representação, os políticos dos vários estados apresentam suas plataformas e pediram o apoio dos eleitores de Brasília.

Outra constante dos discursos foram as críticas ao governo e, em alguns deles, nem mesmo os outros partidos foram poupados, acusados de dividir a oposição.

Um discurso muito aplaudido foi o de Aldo Arantes, ex-presidente da UNE e exilado político, hoje candidato a deputado federal. Com a maior torcida organizada da convenção, Aldo foi obrigado a interromper seu discurso várias vezes. "A ditadura militar queria afastar a população do DF da luta", fazendo crer que o brasileiro não gostava de política, mas a organização do PMDB do Distrito Federal veio mostrar que isso não é verdade, afirmou Aldo Arantes.

Maelre Ferreira Lima, presidente do PMDB-DF enfatizou no seu pronunciamento a importância da organização política do Distrito Federal. Segundo ele, existem aqui 500 mil eleitores cassados e que querem votar. O presidente do PMDB-DF acusou o governo de impedir que o brasileiro se organize politicamente, pois quatro emendas que criaram a representação política para o Distrito Federal foram derrotadas no Congresso.

Conheça uma nova opção comunitária

Neste último domingo, dia 29, os moradores da 305 Sul ganharam um presente. Não viveram, como de costume, mais uma daquelas tardes quietas e tristes de domingo na cidade, quando todos parecem isolar-se dentro de suas casas, dormindo ou vendo TV.

Antes das duas horas da tarde, já se podia ouvir música e vozes, pessoas e carros se movimentando: era o PROJETO QUINTAL — criado por alguns alunos da UnB para aproximar os moradores das superquadras por meio de atividades de lazer comunitário — entrando pela primeira vez em ação. O GRUPO QUINTAL trouxe à superquadra um clima de muita animação, fazendo com que crianças, jovens e adultos — até mesmo pessoas bem idosas — descessem de seus apartamentos e se encontrassem lá em baixo, nas várias atividades que se organizavam: teatro infantil, jogos, música, pintura, coral, etc.; todas comandadas pela "Rádio Quintal" (uma aparelhagem de som improvisada sob um dos blocos), que na voz do "disc-jockey" Fernandinho cuidava de animar o pessoal e dar um tom de festa ao acontecimento.

As pessoas iam chegando aos poucos, meio desconfiadas, mas logo já estavam completamente à vontade, as crianças principalmente, curtindo a tarde de recreação que o QUINTAL proporcionava.



Foto: Armando Bulcão

Os moradores da 305 Sul criaram uma nova opção comunitária

Pela noite, quase sete horas, os moradores, e também pessoas de outras quadras, foram se dispersando e o Projeto Quintal parecia ter conseguido, pelo menos iniciado, já em sua estreia, aquilo a que se propôs, ou seja, fazer com que as pessoas em Brasília saiam de suas casas, se encontrassem e se conhecessem aproveitando para isso o espaço de que dispõem nas superquadras, em atividades de lazer e de cultura entre os vizinhos. Que o digam os moradores da 305 Sul que participaram

desta primeira experiência, muitos se encontrando pela primeira vez, depois de anos morando no mesmo local.

Inicialmente, o Grupo Quintal pretende atuar aos domingos, sempre nas superquadras, e, dependendo da receptividade das pessoas, levar adiante seu projeto. Nesta primeira realização, eles receberam o apoio e a colaboração dos moradores da SQS 305 e de lojas do comércio local. (Paula Xavier Mattoso).

“As bombas Israelenses não dest

“Nossos ensinamentos pregam que a nossa luta não é um princípio de ódio ou vingança. Por isso, meu povo está preparado para a convivência pacífica com os judeus”.

Farid Sawan, 34 anos, médico, é o representante da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no Brasil. Na semana que passou, enquanto se processava a retirada das forças da OLP do Líbano, ele discorreu para o Campus sobre o presente e o futuro de organização que representa.

De passagem, lembrou sua condição “refugiado”, no sentido de que há muitos anos está separado de sua família: seus pais e irmãos vivem na Palestina em território hoje ocupado por Israel. Abaixo, os trechos principais da entrevista de Farid Sawan às repórteres Liliana Vera e Ana Lúcia Guimarães.

Campus: Como vão ficar agora os guerrilheiros, sabendo-se das dificuldades de aceitação e de adaptação nos países para onde eles foram enviados?

Farid: O êxodo palestino não é de hoje. Ele data de 1948, quando foram expulsas as primeiras centenas de milhares de palestinos de sua pátria. Depois, sofremos várias perseguições e matanças, como em 70, na Jordânia. Fomos expulsos anteriormente do Líbano, durante a guerra civil libanesa, e agora houve essa invasão israelense, com novo êxodo do povo e guerrilheiros palestinos. Os palestinos não começaram a combater desde o Líbano e não finalizarão no Líbano. Mesmo hoje, quando as fronteiras com a Síria, a Jordânia e o Líbano estão fechadas. Mas o nosso povo tem sua terra e vai continuar sua luta. Se preciso for, passaremos por todas as capitais árabes. Estamos dispostos a combater nosso inimigo por meios militares, políticos e diplomáticos. O povo palestino segue na Síria, segue na Jordânia, continua também no Líbano. São meio milhão de palestinos no Líbano, 350 mil palestinos na Síria, 1 milhão e 150 mil palestinos na Jordânia. E desses acampamentos de refugiados que nascerão novos guerrilheiros para combater o inimigo.

Campus: Então o senhor não vê nenhuma dificuldade para a unidade palestina com a OLP espalhada por diferentes países? Será que ela vai continuar tendo a mesma força?

Farid: Terá a mesma força e crescerá ainda mais, porque não existe nenhuma fronteira para combater o inimigo.

Campus: E o senhor sabe onde Yasser Arafat vai estabelecer a sede permanente da OLP?

Farid: O assunto está em discussão no Comitê Executivo da OLP, mas provavelmente será em dois lugares distintos: em Túnis, na Tunísia e em Damasco, na Síria.

Campus: Quais são os países para onde os palestinos estão indo agora?

Farid: Síria, Egito, Jordânia, Iraque, Tunísia, Yemen do Sul e Yemen do Norte.

Campus: O senhor poderia explicar os acordos de paz que foram negociados?

Farid: Sim, houve um acordo, mas não houve diálogo direto entre Philip Habib, representante norte-americano, e a OLP. Israel invadiu o Líbano e utilizou todo tipo de armas e equipamentos sofisticados. Como se sabe, o exército israelense é a segunda potência em equipamentos e força no Ocidente, contando com 4 mil

tanques, 4 mil blindados, 750 aviões de combate e 1.210 peças de artilharia pesada, à parte a Marinha que também atacou o Líbano. Foi esse Israel que atacou o Líbano e começou a destruir as aldeias libanesas e acampamentos de refugiados palestinos. Isto causou a completa destruição de três cidades libanesas: Tiro, Sidon e Nabatié, além de 34 aldeias libanesas, 14 acampamentos de refugiados palestinos, mais a capital, Beirute. Israel utilizou todo o tipo de armamento proibido internacionalmente contra a população civil, como bombas de gás, bombas de fragmentação e bombas antipessoais. Esse tipo de armamento fez do Líbano um verdadeiro campo de experimentação de armamento sofisticado dos Estados Unidos e Israel. Mais de 17 hospitais foram destruídos, mais de 200 escolas foram atingidas. Foram contadas 61 mil vítimas entre mortos e feridos e 10 mil presos civis.

“Israel usou armas proibidas para massacrar a população civil de Beirute”

Campus: Qual o destino dos prisioneiros palestinos?

Farid: Nesses campos de concentração todos estão marcados. Hoje, nós somos marcados; como marcados foram os judeus pelos nazistas.

Campus: A Cruz Vermelha conseguiu penetrar nos campos de concentração?

Farid: Não. Não conseguiu.

Campus: Esses prisioneiros serão devolvidos?

Farid: Israel declara que eles não podem ser tratados como presos militares, porque não estavam vestindo uniforme no momento em que foram presos. Isso era esperado porque são civis. Entre 10 mil não existem nem 400 guerrilheiros. A maioria é civil.

Campus: E por isso que Israel argumenta que são terroristas? Eles serão tratados como terroristas?

Farid: Claro, mas para eles todo o povo palestino é terrorista e todo o povo libanês é terrorista. Mas o terror de Estado como o que comete Israel utilizando sua aviação sofisticada e todos os seus tipos de armamento não é considerado terrorismo, isso porque eles são os privilegiados.

Campus: Mas, e o acordo de paz?

Farid: Esta saída nós consideramos



Os escombros de Beirute Ocidental não intimidaram Arafat, que lançou ao mundo seu gesto de vitória sobre a artilharia pesada israelense

vitoriosa para a OLP somente por um motivo: poupar a morte milhares de vidas libanesas e palestinas civis porque a intenção dos americanos e israelenses era destruir Beirute totalmente. E não teriam a intenção de entrar porque teriam que enfrentar os combatentes corpo a corpo. O objetivo era fazer como no último bombardeio: 43 mil bombas sobre uma superfície de 9 quilômetros quadrados. O objetivo israelense era arrasar Beirute totalmente, sem nenhuma penetração de suas forças para o combate frente a frente. Então a liderança da OLP aceitou que os guerrilheiros saíssem com suas armas e bandeiras, porque a palavra rendição não existe em nosso dicionário. Por isso consideramos uma vitória: 11 semanas de luta, e uma luta contra um exército poderoso, contando apenas com 6 mil combatentes. São 6 mil combatentes contando com grande apoio moral da população civil, que não admitiu emigrar ou sair de Beirute e deixar os guerrilheiros sós. Isso é importante: durante os 70 dias de guerra, entre 1 milhão e 650 mil civis, só deixaram Beirute 14 mil; ficaram fora quatro dias e

depois sete mil destes voltaram a Beirute Ocidental. Isto também é uma grande vitória. Os povos palestino e libanês têm que vencer unidos. E haverá um novo acordo entre o governo libanês e a OLP. Este acordo garantirá a segurança dos palestinos civis, que são meio milhão no Líbano. Depois, há a presença política da OLP no Líbano, e a garantia de segurança de nossos aliados libaneses, dos partidos políticos nacionalistas e progressista diante da invasão israelense e diante dos amigos destes, do partido nazista e neonazista.

“Os civis não admitiram sair de Beirute e deixar os palestinos sós”

Farid Sawan

ruíram a luta do povo Palestino"



Campus — Como o senhor resumiria toda essa situação?

Farid — A situação é que no futuro todo o mundo saberá que a presença da OLP foi um fator de estabilidade no Líbano. Porque acho que já existe o começo de uma nova guerra civil libanesa entre os fascistas, apoiados por Israel, e as forças nacionalistas e progressistas.

Campus — E esse acordo entre a OLP e o Líbano vai continuar com o novo presidente do Líbano?

Farid — Continuará. Qualquer atentado contra a população palestina no Líbano terá uma resposta eficaz e imediata. Nosso povo não admite a vingança, mas admite uma resposta para mandar parar a violência que possa ameaçar a população civil no Líbano.

Campus — A OLP tem condições de reorganizar seu exército com o armamento pesado que ficou no Líbano?

Farid — A OLP perdeu muito no Líbano, não só em armamentos militares, mas também uma grande infraestrutura social. Grande parte da população palestina está desalojada, assim como dezenas de hospitais, escolas e pequenas fábricas. Isso é a infraestrutura humana da OLP, social, cultural, econômica e educacional. Mas eu acho que em meses a OLP reorganizará sua força militar e educacional. Hospitais temos na Síria, Jordânia, Kuwait, Iraque, em países africanos. Nossos médicos, nossos professores, nossos intelectuais, nossos engenheiros continuam a trabalhar. Acho que a economia se recuperará, nossa grande economia que se perdeu nesta guerra.

E quero deixar bem claro que em 1970, na Jordânia, a OLP se aliou às forças combatentes só com a roupa do corpo, sem armamentos. Um ano depois foi reorganizada militarmente e a infraestrutura total da OLP ficou muito mais potente e forte do que antes da matança da Jordânia. Em 1976, no Líbano, também foram destruídos todos os bens da OLP, mas em seis meses ela foi reorganizada muito mais for-

Campus — O senhor não acha que pode ser perdida a unidade social pelo fato das famílias estarem se desfazendo, ou seja, saíram somente homens para outros países e ficaram as mulheres e os filhos?

Farid — Isto é um crime. Devo deixar claro que este exodo é um crime, e o responsável por isso é todo o mundo. Todo o mundo é responsável. Mas acho que isso nos dará ânimo para continuar lutando. Nosso destino é estarmos momentaneamente separados e eu acho que é destino porque eu também me separei de minha família. Tenho irmãos também, e fico muitos anos sem ver irmãos, família, mãe, pai. Minha mãe e meu pai estão em terras hoje ocupadas por Israel. E resistem na terra. Resistem e não vão abandonar esta terra. E por 17 anos estamos separados. Isto nos dá mais ânimo para continuar lutando. Entre a tristeza e o ânimo sairá a moral da luta do povo palestino.

Campus — O que o senhor acha destes atentados terroristas na França?

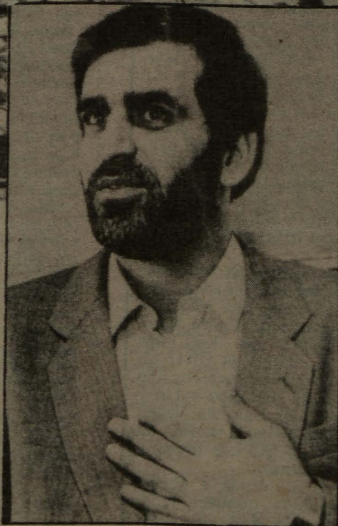
Farid — O que está acontecendo são atos de terror. Em primeiro lugar, a OLP sempre condenou atos de terror ou terrorismo em qualquer parte do mundo. Um movimento de libertação nacional é diferente do terrorismo. A OLP representa o povo palestino e um povo não pode ser terrorista. A OLP é plataforma de outras organizações guerrilheiras, de todos os sindicatos, trabalhadores, professores, químicos, artistas, jornalistas, movimento feminino, etc., etc. Tem um Conselho Nacional junto ao Parlamento no exílio. Isto é a OLP. Acho que estão cometendo um crime, a continuarem atos de terror. Mas o primeiro responsável é Menahem Begin; é ele quem fabrica o terror. E ele quem empurra um palestino de cabeça quente a cometer atos impensados por sua própria conta, a realizar um ato de vingança e ódio.

Campus — Como a OLP age com relação a terroristas?

Farid — A OLP tem psicólogos ensinando os guerrilheiros que a luta nossa não é uma luta de um princípio de ódio ou de vingança. Por isso meu povo está preparado para a convivência pacífica com os judeus, um estado para todos na Palestina, democrática, com direitos e deveres, sem nenhuma discriminação de religião, ou raça, ou cor. Agora, quem perdeu sua família, seu filho, seus irmãos e realiza um ato por sua própria conta, isso não é responsabilidade da OLP, do movimento nacionalista libanês, aliado da OLP. Os responsáveis são Ariel Sharon, Begin, e os governantes de Israel. São eles que fabricam o ódio, que fabricam o anti-semitismo, fabricam estes atos. E isto é uma preocupação nossa, não quer nenhum ato deste tipo contra qualquer pessoa da comunidade judaica no mundo.

Campus — Por que?

Farid — Porque esses atos terminam sempre servindo para Israel criar o medo, a inquietude. Este medo e inquietude leva a comunidade judaica a entrar na nossa Palestina, isto significa expulsão de mais palestinos da terra ocupada. Esses atos então beneficiam os governantes de Israel, que podem acusar os palestinos e a OLP de serem responsáveis pelo terror e massacrar os de novo. Por isso, deixamos bem claro que condenamos qualquer atitude dessas, porque nosso movimento é um movimento de grande estratégia política e militar, não passando por ações isoladas contra terceiros, que tanto podem ser judeus ou não-judeus. Além do que também existem judeus no mundo que estão a favor da nossa luta, estão sacrificando suas vidas em favor da OLP.



Farid Sawan

"A OLP representa um povo. E um povo não pode ser terrorista"

"Os palestinos não começaram a combater no Líbano e não finalizarão no Líbano"

te do que antes. E agora eu acho que a OLP vai ser muito mais poderosa, muito mais forte e o mundo terá um grande respeito pelo povo palestino, por sua luta e por seu destino de continuar combatendo por seus direitos. Da OLP ficaram no Líbano muitos palestinos. Existem 4 milhões e meio a 5 milhões de palestinos no mundo.

Os combatentes palestinos fora do Líbano superam os combatentes dentro do Líbano. Isto é importante saber: a liderança palestina está numericamente mais fora do Líbano do que dentro. Vamos continuar a militância da OLP fora do Líbano. O povo palestino está muito mais próximo da sua liderança e da sua organização, mais que antes desta guerra.

"Nossos médicos, nossos professores, nossos engenheiros continuam a trabalhar"



Guerrilheiros palestinos se despedem de Beirute: com muitos tiros

Pesquisa Campus

Figueiredo na ONU

Presidente
vai falar nas
Nações Unidas

"Alargar as bases do consenso em busca de uma solução pacífica do conflito das Malvinas através de canais diplomáticos é a mais importante missão do presidente Figueiredo" em seu pronunciamento na abertura da Assembleia anual da ONU, dia 26 de setembro. A declaração é do professor de Política Externa da UnB, José Carlos Aleixo. As futuras conversações sobre as Malvinas, por serem conduzidas nas Nações Unidas, trarão duas novidades: estarão presentes os dois países participantes do conflito e também haverá a possibilidade do veto americano e inglês que não havia na reunião da Organização dos Estados Americanos — OEA, quando foi votada a posição da América em apoio à soberania argentina sobre as ilhas Malvinas. Nessa votação, pela primeira vez, os Estados Unidos ficaram em minoria.

Somando-se a isso, em recente visita ao Brasil no final de agosto para tratar do pronunciamento do presidente brasileiro na ONU, o chanceler argentino Juan Aguirre Lanari deixou no ar uma afirmação que aumenta a dramaticidade da visita de Figueiredo. Ele declarou no mesmo dia 18, quando chegou a Brasília, que Figueiredo estará expressando os sentimentos de toda a América Latina ao condenar o emprego de armas econômicas para pressionar as nações subdesenvolvidas.

Todos os anos, é um chanceler brasileiro que faz a abertura da assembleia anual da ONU, mas é a primeira vez que um chefe de governo brasileiro vai pessoalmente a uma assembleia anual. "Isso mostra a importância que o Brasil dá à situação das Malvinas", afirmou Aleixo. Ele enfatizou que a importância do pronunciamento está também em avaliar, diante de todos os países, as consequências do conflito. Afinal, a posição dos Estados Unidos, demonstrou que a América Latina terá que contar com seus próprios recursos para resolver seus problemas em busca de uma unidade política mais forte frente aos países industrializados. Esclareceu também Aleixo que a posição do Brasil em relação às Malvinas, de respeito à resolução 502 da ONU e de insistir numa solução pacífica, mas reconhecendo a soberania argentina sobre as ilhas, poderá afetar as relações entre o Brasil e os países europeus. Mas reforçará por outro lado o diálogo Sul-Sul e particularmente entre os países latino-americanos, que é uma das prioridades da política externa do atual governo.

"Mas temos um outro trabalho que é o de pressão econômica, porque esses países do primeiro mundo necessitam do nosso mercado. Na medida em que estejamos unidos, estaremos mais preparados para negociar e pressionar. Já se tem dito da necessidade de se desenvolver uma política comum em relação à dívida externa. A Argentina, México, Brasil, acertando os pontos, poderão negociar ou renegociar suas dívidas e terão possibilidade de alterar a política do primeiro mundo", afirmou o professor que, além da Política Externa, leciona Política 1 — Relações Internacionais e Política Latino-Americana.

O pronunciamento do presidente Figueiredo na 37ª Assembleia Anual da ONU será transmitido para o Brasil em cadeia nacional pelo rádio e televisão.

Nicarágua

Divergências
separam Igreja
e Sandinistas

"Nunca fui detido na Nicarágua nem em qualquer outro país". A afirmação é do Bispo de Bluefields, Monsenhor Salvador Schaeffer, desmentindo versões de que teria sido retirado à força de sua diocese na Costa Atlântica por três vezes e estivera preso em Mina Rosita. O Bispo disse ainda que os rumores faziam parte de uma campanha para desestabilizar a Nicarágua "mediante a ação de alguns agentes da CIA e diversas partes do mundo".

Essas afirmações confirmaram as declarações do Ministro do Interior, Tomas Borge, mas segundo um correspondente do Estado de S. Paulo, o depoimento de dom Miguel Ojando e Bravo, arcebispo da diocese local, acerca do incidente ocorrido com Schaeffer, está gravado e apresenta testemunhas, quando ele deu entrevistas ao jornal nicaraguense La Prensa.

Na Nicarágua as opiniões sobre as relações entre a Igreja católica e o governo se contradizem até mesmo entre os membros da junta sandinista. O coordenador Daniel Ortega reuniu-se com representantes do Conselho Mundial de Igrejas e declarou que não há divergências entre Governo e Estado, nem interesse de que isso ocorra. Mas Sérgio Ramires, outro membro da Junta, disse que seria "diplomático demais pretender que não há problemas", e concluiu — "quero esclarecer que não podemos falar na hierarquia católica como um grupo homogêneo, mantemos boas relações com muitos bispos".

Outro incidente que tem causado comentários nos meios internacionais e na imprensa foi o conflito entre manifestantes sandinistas e os estudantes do Colégio Salesiano de Morataya. Segundo o porta-voz da Embaixada da Nicarágua, que se negou a dar o nome, o que ocorreu foi a invasão de homens armados que tomaram o colégio se aproveitando do protesto dos alunos do segundo grau. Segundo a fonte, membros da juventude sandinista ao passarem em frente ao Colégio Salesiano manifestando-se contra a ocupação foram alvos de tiros que partiram de dentro do colégio e mataram três pessoas, um deles identificado como Edy Gusmán, de 23 anos. Agora sob intervenção e com o diretor José Morataya destituído de suas funções, o ministro da Educação afirmou que o colégio será devolvido tão logo a Ordem dos Salesianos nomeie um novo diretor. Enquanto isso, ficará sob intervenção do governo e de um "conselho consultivo" formado de pais, alunos e professores, moradores e representantes dos Ministérios da Cultura e da Educação.

Com todos esses rumores acerca de possíveis prisões de sacerdotes, o presidente da Conferência Episcopal Latino-Americana — CELAM, dom Alfonso Trujillo, disse que a Igreja do Continente "vé com alarme e preocupação" a situação religiosa na Nicarágua, onde ocorrem "atentados e ultrajes a bispos e sacerdotes".

Ele informou que está enviando circular ao clero e aos fiéis da América Latina, pedindo que se solidarizem com a Igreja Nicaraguense.

Namíbia

ONU quer que
Brasil envie
tropas à Namíbia

As Nações Unidas solicitaram ao Brasil o envio de tropas à Namíbia para integrar uma Força de Paz da ONU, na tentativa de acelerar o processo de independência daquele país africano. A África do Sul coloca como exigência para o fim da guerra, que já dura 16 anos, a saída das tropas cubanas do Sul de Angola, o principal suporte do exército namibio na região.

Simpático à independência da Namíbia, o Brasil reconhece a SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste da África) como a única e legítima representante do povo namibio. Este por sua vez, tenta derrubar o governo de minoria branca imposto ilegalmente desde o antigo mandato concedido a Pretória pela Liga das Nações, antecessora da ONU.

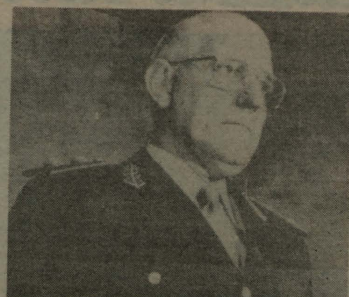
O ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, falou à imprensa que o Brasil ainda está estudando o assunto, posto que a carta da ONU também está sendo considerada apenas uma preliminar para que o governo brasileiro se posicione frente aos acontecimentos. De acordo com autoridades brasileiras, a posição do Brasil é favorável à Namíbia e condena as agressões feitas pela África do Sul.

A Namíbia, conhecida anteriormente como África do Sudoeste, passou a ser administrada pela África do Sul depois da Segunda Guerra Mundial sob mandato da Liga das Nações. Com a criação da ONU foi declarado em assembleia geral, no ano de 1966, o fim do mandato sul-africano e a ocupação da Namíbia, ilegal. Não se importando com a decisão da ONU, a África do Sul continuou a ocupar aquele território.

Angola, que é vizinha e abriga refugiados namibios, também já foi invadida e atacada diversas vezes pelos exércitos sul-africanos sob pretexto de perseguição de guerrilheiros da SWAPO. Recentemente a África do Sul discutiu com a ONU o cessar-fogo colocando sua posição, que é apoiada pelos Estados Unidos, de não retirar suas tropas enquanto soldados cubanos não desocuparem o sul de Angola.

O Brasil vem tentando favorecer uma solução conciliatória fazendo contatos tanto com o chamado "grupo de contato" do Ocidente quanto com os países da linha de frente da África. O "grupo de contato" é formado por Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental e Canadá. E a linha de frente inclui Angola, Moçambique, Zâmbia, Zimbábue, Tanzânia e Botswana.

Como ainda não foi fixado um prazo para que o governo brasileiro se pronuncie, não há idéia sobre a data em que o presidente João Figueiredo responderá se vai enviar ou não tropas destinadas a colaborar na tarefa de garantir a independência da Namíbia. Recentes pronunciamentos de fontes do Itamarati, no entanto, indicam que, por decisão da área militar, o Brasil não integrará a Força de Paz da ONU na Namíbia.



Bignone enfrenta sérias dificuldades

Argentina

Argentina vive
séria crise
em sua economia

Com uma dívida externa de 40 bilhões de dólares, dos quais 2,5 bilhões já estão vencidos e 15 bilhões vencerão até o final do ano, o Governo argentino parte para o desespero econômico: pagar a dívida é, em última análise, salvar a própria "honra do País", desgastada desde o fiasco da guerra das Malvinas. Assim é que em menos de dois meses colocou a frente do Ministério da Economia dois financistas: José Dagnino Pastore, que renunciou na semana passada por pressões do Fundo Monetário Internacional, e Jorge Wbebe, que assumiu com uma promessa de saldar a dívida "custe o que custar".

Mas Wbebe não tem uma ficha que dê otimismo aos trabalhadores argentinos sufocados pelo alto custo de vida. No seu currículo consta, três mandatos à frente da pasta da Economia e o título de recordista em menos tempo no cargo: permaneceu apenas 11 dias, em 1962, no Governo de Arturo Frondizi. Wbebe anunciou que "fará algumas retificações no modelo adotado até agora". Defende o desenvolvimento industrial, com subsídios e isenções fiscais; ninguém duvida que sua tarefa será árdua.

A posse do novo ministro se dá num momento em que a Argentina atravessa uma de suas piores crises, ocasionada por baixos salários, desemprego e a recessão. Hoje o país tem mais de um milhão de pessoas desempregadas, uma inflação acima dos 130% ao ano, com previsões de chegar a 500%, caso o Governo não consiga manter o nível dos preços básicos.

Depois de grandes pressões com ameaças de greves por parte da Confederação Geral do Trabalho (CGT), reivindicando salários mais justos o Governo concedeu um aumento de 1 milhão de pesos e uma bonificação única de 600 mil em agosto. No entanto a CGT considera esse aumento uma burla a todas as expectativas dos trabalhadores, dado que esta concessão não cobre os prejuízos causados pela alta inflação aos argentinos. A insatisfação foi geral o que tem provocado novamente tensões sociais e manifestações de desagrado em vários setores da economia.

Com a atual situação de endividamento tão grande, 40 bilhões de dólares, o Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu relatório que será publicado na reunião de Toronto, Canadá, em setembro, coloca à Argentina em uma posição desesperada. A Argentina entrou em virtual cessação de pagamento a duas semanas por não liquidar os 800 milhões de juros vencidos, de sua dívida externa, colocando-se por tanto como um país de alto risco para os banqueiros internacionais.

A difícil missão de João do PDS

"A autoridade depende não da vontade do governante, porém, da consciência do governado". Neste conceito, reside, segundo Gaetano Mosca, a importância do prestígio. Dessa forma, maquiavel aconselhava ao príncipe que evitasse o desprezo, pois, com grande reputação dificultaria uma possível conspiração. Não parece ter sido esse, no entanto, o conselho seguido pelo presidente Figueiredo ao resolver transformar-se no principal cabo eleitoral do seu partido, o PDS.

Com a saída de Golbery e a entrada de Leão de Abreu no cenário político, o Palácio do Planalto não trocou apenas de ministro, mas, principalmente, de literatura. Assim, vale tudo para garantir a vitória do PDS nas eleições, desde a vinculação de votos passando pela cédula eleitoral até o principal trunfo do partido — o próprio Figueiredo, que com isso joga não só o seu prestígio, mas, também, uma série de incertezas quanto ao futuro político da Nação.

Historicamente, no Brasil, os partidos políticos de antes de 1964 eram altamente personalísticos, ou seja, baseados na figura de um só-líder. Após quase vinte anos, o que se constata, é que não houve renovação dos quadros políticos, restando no cenário apenas os velhos políticos, ou os que se servem do parentesco com antigos líderes como Getúlio Vargas, Ademar de Barros e outros.

Sem líderes de grande carisma para votar, o eleitor tem a opção de escolher a sigla partidária que mais se aproxima de suas convicções pessoais e políticas. Acontece, porém, que o quadro partidário do país está longe do desejável. Além da inexistência de uma linha ideológica que diferencie um partido do outro, as bases em que foram organizadas as atuais agremiações políticas são as mais variadas possíveis.

Atentos ao fato de que pouco têm a oferecer para canalizar eleitores, os partidos políticos, sem exceção, recorreram a uma estratégia comum. Colocaram em campo figuras de expressão nacional como seus cabos eleitorais — os artistas, que conseguem atrair aos comícios mais pessoas do que os próprios políticos.

Para o PDS, no entanto, contar apenas com artistas é muito pouco para ganhar as eleições, quando os partidos de oposição têm a inflação e o custo de vida como sua maior bandeira. Assim, a sigla do partido foi personalizada na figura do "João", sem dúvida, seu maior apelo popular. Conforme declarou o presidente do partido, senador José Sarney, "como chefe de governo, ele usa seu prestígio, sua popularidade e sua respeitabilidade para ajudar o PDS". Mas, na prática, não é isso que está ocorrendo. De acordo com a última pesquisa realizada pelo Instituto Gallup, a popularidade do presidente Figueiredo caiu 29% em três meses, ou seja, o seu prestígio está avaliado em 16 pontos negativos. Isso significa que ao incrementar sua participação na campanha, Figueiredo tornou-se alvo das críticas antes voltadas apenas para seus ministros e, que, ao invés de transferir a popularidade de que chegou a gozar, está sendo puxado para baixo pelo PDS.

A oposição, por sua vez, considera abusiva essa intrusão do chefe do governo na campanha, uma vez que burla, pela força do cargo, as medidas restritivas sobre a propaganda eleitoral e, ainda, age e se desloca às custas dos cofres públicos. No Brasil, não existe uma lei que regule a prestação de contas dos gastos da campanha política. Nos países democráticos, os presidentes não deixam, é claro, de participar das campanhas, mas nunca de maneira tão autoritária. Nos EUA, por exemplo, o presidente em exercício procura assumir ao longo da campanha o papel de estadista, permanecendo na Casa Branca e, pelo menos, fingindo elevar-se acima do tumulto da eleição.

Dessa forma, ao se comprometer diretamente com o seu partido, o presidente Figueiredo por força do plebiscito que tanto quis afastar, mas que ele próprio acabou por perpetuar, está arriscado a sofrer uma derrota direta nas eleições de novembro. Como ainda lhe restarão dois anos e meio para terminar seu mandato, são muitas as especulações sobre o que poderá acontecer após as eleições, principalmente, porque a partir daí se dará início a uma batalha mais importante — a sucessão presidencial. (James Gama)

Governo em busca de um "milagre" para renegociar a dívida externa

O tema da renegociação da dívida externa tem o dom de despertar sentimentos fortes. Os que apóiam a medida costumam colocá-la como uma espécie de redentora de toda a dependência externa que hoje amarra a política econômica brasileira. Aqueles que a exorcizam, usam tintas apocalípticas para descrever seus prováveis efeitos danosos.

Com o recente colapso financeiro do México, a discussão deve subir mais algumas oitavas. Na prática, os mexicanos estão renegociando seus débitos externos com o Fundo Monetário Internacional e com os banqueiros privados. Sendo o maior devedor mundial (US\$ 80 bilhões em débitos públicos, mais US\$ 20 a US\$ 25 bilhões estimados em dívidas privadas), e oferecendo como garantia real no futuro imensas reservas petrolíferas, o que acontecer com o México será tido, inexoravelmente, como um parâmetro para outros grandes devedores, entre eles o Brasil.

Os primeiros movimentos do governo mexicano e dos banqueiros não têm ajudado a reforçar os argumentos dos que imaginam a renegociação da dívida externa como o caminho mais eficaz. Para obter do FMI US\$ 4 bilhões, em três anos, o México terá que se submeter a duríssimas exigências. Seu déficit em conta corrente, hoje correndo em torno de US\$ 12 bilhões, terá que ser cortado, drasticamente, para US\$ 2 bilhões, em apenas um ano.

Isto quer dizer, em outras palavras, que o governo mexicano terá que conduzir uma política econômica extremamente restritiva,

praticamente paralisando qualquer investimento público e, certamente, empurrando o setor privado para uma severa recessão. E não terá, propriamente, resolvido seu problema, ainda que some, a esses US\$ 4 bilhões, outros US\$ 3 bilhões divididos igualmente entre o governo norte-americano (não em dinheiro e sim em compras antecipadas de matéria-prima), e os bancos internacionais.

Ora, se o México, um grande exportador de petróleo, de fato, se submeter a condições deste tipo, o que estaria reservado a um país como o Brasil, que compra no exterior cerca de dois terços do que queima de petróleo?

O raciocínio daqueles que defendem a renegociação, como o economista e empresário Luiz Carlos Bresser Pereira é, em essência, o de que a condição de grande devedor daria, desde logo, um enorme trunfo ao Brasil para sentar-se à mesa com os banqueiros internacionais. Uma "quebra" do Brasil arrastaria alguns dos maiores bancos internacionais consigo, e isto, supõe Bresser Pereira, todos estariam dispostos a evitar.

Outra linha de argumento, entre os que defendem a renegociação, é o de que a ela se seguiria, inexoravelmente, uma. Economistas da Universidade de Campinas, como Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello, ou a economista Maria da Conceição Tavares, não acham que a renegociação seria fácil ou indolor. Mas estão convencidos de que ela é inevitável — e, portanto, é melhor articular, por antecipação, os passos mais vantajosos nesta direção.

A verdade é que ninguém discute — nem mesmo dentro do governo — a constatação de que a dívida externa é, hoje, uma carga que arrasta toda a política econômica brasileira. A recessão do ano passado foi feita em seu nome (num momento em que o fluxo de dólares virtualmente estancou). Os juros estão altos porque é preciso tomar recursos no exterior. E até uma maior abertura à desnacionalização é tida como o seqüência "inevitável" da dependência ao exterior.

Se tudo isto é verdadeiro, contudo, não há nenhuma boa evidência de que uma renegociação da dívida externa corresponda à visão idílica que dela fazem alguns analistas. Os exemplos históricos — da Turquia, Zaire e Polônia, passando pelo Peru e Bolívia — mostram que as renegociações sempre ocorrem num contexto de crise econômica e política. Normalmente vêm acompanhadas de regimes autoritários, crise social, além de recessão econômica.

Pode ser que a renegociação seja inevitável — num contexto, por exemplo, de colapso do fluxo financeiro internacional como um todo. Mas, nesta hipótese extrema, estariam ao lado do Brasil todos os outros devedores, e não apenas alguns deles. Se isto não acontecer, talvez o mais indolente seja evitar um rompimento desta natureza, não só em benefício da economia, como em defesa de alguma continuidade no projeto de abertura política. (Cláudia de Souza)

O que os programas dos partidos propõem para solução da crise econômica

A oposição é unânime ao afirmar que as dificuldades colocarão o eleitor do seu lado, no dia 15. Até lá, são apenas três meses, e talvez fosse a hora dele, eleitor, se perguntar o que pensam os políticos em relação à crise econômica, o que sugerem para aliviar esse peso de seus bolsos?

O PTB traz um programa bem resumido, no qual coloca em quinze itens seu plano de ação. O PT tem no seu lema — trabalho, terra e liberdade — seu recado. O PDT, lembrando outras épocas, aponta para a importância do Estado na economia. "Esperança e Mudança", revela a posição do PMDB. Definido em quinze itens bastante abrangentes, mas também genéricos, o programa do PTB reúne co-gestão nas empresas, estímulo ao empresariado nacional, defesa do patrimônio nacional, proteção à infância, distribuição de renda e reforma agrária, entre outros.

Irritado, quando perguntado a respeito do tom de promessa — o programa do PTB faz apenas vaga referência a vários problemas atuais —, se isto poderia ser interpretado como indefinição em relação a mecanismos que, efetivamente, levem a uma saída, o deputado fluminense, Peixoto Filho (PTB), respondeu dizendo que oposição não tem mesmo como fazer comentários que, no fim das contas, não serão ouvidos. Além disso, observou o que precisamos mesmo é de lutar.

QUESTÃO FUNDIÁRIA

Segundo dados do IBGE, em 1980, do total de renda gerada no campo, 30% ficou nas mãos de apenas 1% da população, enquanto que metade dos habitantes do campo ficava com somente 15%.

O PT, que tem na questão fundiária uma de suas bandeiras, define num documento específico, elaborado por um grupo de trabalho da comissão nacional, algumas prioridades com vistas à solução do problema. Entre estas um maior rigor na taxação dos lucros imobiliários, aplicação do usucapião às terras públicas, proibição da cessão de terras públicas para os projetos agropecuários de grandes empresas e,

proibição de empréstimos oficiais para a compra de grandes extensões de terra. Além disso pretende dar melhores condições de emprego ao trabalhador no campo, levando-lhe as garantias já conquistadas pelos trabalhadores urbanos.

ESTATIZAÇÃO

O partido dos trabalhadores asseme-lha-se muito em suas posições ao PDT. Este último fala numa melhoria das condições de vida do trabalhador, sem contudo citar, ao menos diretamente, um controle desta sobre a economia nacional. Em vez disso, é lembrada a figura do Estado, desenvolvendo uma ação direta sobre a economia. O que seria feito — segundo o deputado José Maurício (PDT-RJ) —, primeiro através da desapropriação das empresas, o Estado interviria direcionando os investimentos segundo os interesses sociais. Com relação a outros aspectos, a posição do partido se aproxima a de outros partidos, é sugerida reforma agrária, produção de gêneros básicos, etc e tal, etc e tal.

ESPERANÇA

O PMDB define suas propostas e plano de ação, num documento intitulado Esperança e Mudança. Em suas noventa e cinco páginas, o partido analisa minuciosamente vários temas. Política social, sistema produtivo, reforma fiscal e financeira e tantos outros. O documento fala em redistribuir a renda através de uma alteração das relações trabalhistas, autonomia sindical, negociações coletivas, direito de greve, e ainda o reajuste salarial segundo a elevação do custo de vida. Lembrando o atual sistema tributário — onde pagam mais, os que ganham menos —, propõe-se uma reforma no sentido de corrigir esta situação.

O poder de decisão sobre os fluxos básicos de investimentos deve, segundo o documento, estar nas mãos do Estado para garantir a redistribuição da renda e da riqueza. Caso contrário, com o grande capital orientando livremente os investimentos, estes podem dar origem à especulação financeira, dificultando o processo de desenvolvimento. (Jânio Carlos)

Esther Ferraz no MEC agrada a ala conservadora

Um novo remanejamento nos ministérios pelo Presidente Figueiredo, o décimo terceiro desde que tomou posse, colocou na pasta da Educação a primeira mulher ministro da história do Brasil. A escolha da Professora Esther de Figueiredo Ferraz agradou especialmente aos setores mais conservadores, que temiam a saída do Ministro Rubem Ludwig.

A Professora Esther foi a primeira mulher a assumir a reitoria da Universidade Mackenzie em São Paulo. Além disso, participou por 13 anos do Conselho Federal de Educação, foi Secretária de Educação do governo Laudo Natel e ensina Direito desde que se formou na matéria em 1944. Mais do que isso, a professora Esther se orgulha de seu excelente relacionamento com os estudantes.

Se ela pretende mostrar eficiência, terá um vasto campo de problemas ligados a seu ministério. O maior deles será a falta de verbas. O orçamento que a União destina ao Ministério da Educação e Cultura nunca parece ser suficiente para seus gastos. Essa falta de recursos, admitida pela Ministra em recente entrevista, é um fato com que se tem que conviver, pois existe carência de recursos em praticamente todas as áreas do Brasil atual. O que não foi questionado é que, essa mesma falta de verbas implica diretamente, por exemplo, nos salários dos professores da rede escolar, o que é considerado como uma das causas principais para a queda muito grande no nível de qualidade do ensino em todos os graus. Esse problema inclusive, está como prioridade em seus atos, acrescentou ainda. A agilização do ensino de primeiro e segundo graus torna-se necessária, com a constatação de que grande maioria da população brasileira não tem condições de passar do segundo grau. Com isso, geralmente abandona: seus estudos nessa faixa, na maioria das vezes sem nenhuma condição para isso. Quanto ao ensino superior, no entender da Ministra, deveria ser pago pelos que podem pagar. Apesar dessa afirmação, ela reconhece que esse não é o momento certo para uma mudança desse porte. A modificação que deve acontecer agora nas universidades seria uma maior seletividade entre os estudantes, provavelmente aumentando o grau de dificuldade do vestibular. Essa elitização permitiria à Universidade dispensar mais tempo com pesquisas, que dentre outros atributos, melhoraria o nível de qualidade desta instituição. Para isso, ela pretende buscar recursos até mesmo em empresas privadas, trabalhando com estudantes e professores no sentido de reabilitar o ensino superior no país. (Pesquisa Campus)

Poucos são os que conseguem atuar em áreas teoricamente tão diferentes como a água do vinho; e é menor ainda o número dos que conseguem sucesso em ambos os campos. Doutor em Física, cientista de renome, um dos mais atuantes professores da Universidade de Brasília por muitos anos, o alagoano José Acioli, ao vencer o I Festival do Filme Brasileiro consegue agora, aos 50 anos, ser também apontado como a grande revelação — e esperança — do cinema local. "A Meleca" foi seu primeiro filme, uma "brincadeira" em Super-8 que há seis anos faz sucesso nos circuitos

alternativos de exibição. Depois em 1980 fez "Meandros", e em 1981 "Dilema". Com "Meandros" ganhou os prêmios de Melhor Filme, Direção, Roteiro, e Montagem no I Festival Super-8 de Brasília, realizado no final do ano passado. "Cruviana" não arrematou tantos prêmios, mas lançou José Acioli à posição de unanimidade deste festival. A crítica, os cineastas e o público cobram agora de Acioli um longa-metragem, mas ele sai pela tangente: "Falta a estória". E, por enquanto, restringe-se a demonstrar que, assim como a água não é tão diferente do vinho, a Física não é diferente da arte.

Acioli: da "Meleca" à "Cruviana"

Hugo Studart

CAMPUS — Como o cinema entrou na sua vida?

Acioli — Sempre gostei de cinema, mas lembro-me que tinha um clube de cinema onde eu morava, do qual faziam parte o Alex Viany e o Nelson Pereira dos Santos. Um dia fui assistir a uma sessão. Fiquei tão apaixonado por esta arte que comecei a vender meus livros de física e comprar livros de cinema. (risos).

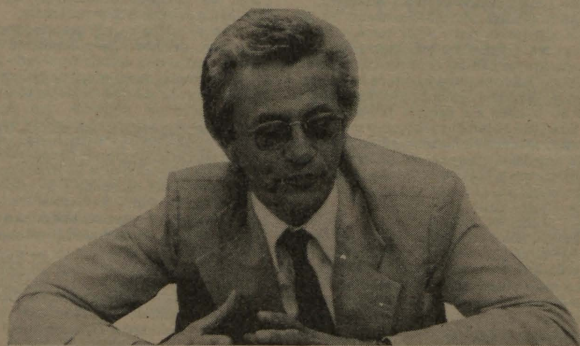
CAMPUS — Como surgiu "A Meleca", seu primeiro filme?

Acioli — Por acaso. Um dia, quando eu examinava minha câmara Super-8, os meninos — meus filhos e amigos — tiveram a idéia de fazer o filme. Realizamos naquela mesma tarde, já composto na câmera. Nem fizemos montagem. Saiu um filme debochado, crítico. Engraçado, a gente faz esses negócios de brincadeira... e já houve tanta discussão por causa de "A Meleca"! Já chegaram até a encontrar explicações filosóficas para ela (risos). Acho que o pessoal pensa ser um contrassenso um respeitável Doutor em Física fazer um filme logo sobre a meleca. Mas no fundo acho que é isso mesmo. Só que "A Meleca" é realmente interessante, sobretudo porque é um pouco anárquico, crítico de costumes. Fiz o filme e passei para os que me ajudaram. Alguém gostou e pediu emprestado: já foi exibido mais de 300 vezes.

CAMPUS — Seus filmes são todos debochados. O Doutor Acioli é sempre bem humorado ou é um cientista, digamos, sério?

Acioli — Acho importante a gente colocar um pouco de humor nos filmes, mesmo numa obra séria. E mais fácil

Foto: Sandra Tibana



transmitir a mensagem com humor. Quanto a mim, acho que realmente sou bem humorado, afinal, levar as coisas com humor é mais fácil pra gente. Acho que nada é extremamente importante, a não ser coisas como o caráter das pessoas, a saúde... Fora isso, problemas de inveja, de egoísmos, de poder, são extremamente secundários. Uma coisa que eu detesto de verdade é a prepotência. E o diabo é que ela existe em todas as camadas sociais... Se eu pudesse, sempre colocaria algo nos filmes ridicularizando a prepotência.

CAMPUS — De que fala "Cruviana"?

Acioli — Li o conto de um amigo, um matemático, que aborda o problema do medo; do medo da autoridade, do desconhecido, o medo de si próprio. Achei um assunto extremamente importante e resolvi fazer o filme.

CAMPUS — Qual dos seus filmes é o preferido?

Acioli — Eu não sei... você tem que analisar uma série de fatores. "Dilema" é o que mais gosto, apesar da sua primeira metade ter um ritmo até muito ruim. Mas "Cruviana", por exemplo, é um filme bem cuidado: fotografia, montagem, trilha sonora, interpretação, tudo muito caprichado. O ritmo foi muito bem estudado, inclusive matematicamente. Sou físico; não entendo nada de cinema. Mas quando monto um filme, primeiro vejo se gostei ou não. Se estiver ruim, vou estudar o ritmo. Traço curvas de duração de cada tomada em relação ao tempo total e vou cortando o que estiver fora dos gráficos. Não é artístico dizer isto, mas o fato é que você pode expressar o ritmo segundo a matemática.

CAMPUS — Você já pensou em fazer um longa-metragem?

Acioli — Bem, esse negócio de fazer filmes acontece... Por exemplo, eu pensava que nunca seria capaz de realizar

um 16 mm. Hoje, acho que fazer um longa seria uma aventura. Pra começar não tenho dinheiro. Teria que conseguir um financiamento, e um filme hoje é da ordem de 100 milhões de cruzeiros. De qualquer forma, antes do financiamento tem que "pintar" uma boa estória.

CAMPUS — Por que você não larga a Física e vai fazer cinema?

Acioli — Vamos falar francamente? A situação do cinema no Brasil tá muito ruim; o pessoal que faz cinema não tem meios nem de sobreviver. Estou trabalhando, ganho razoavelmente bem e gosto do que faço. E difícil largar uma situação dessas.

CAMPUS — Você acredita no surgimento do pólo cinematográfico de Brasília?

Acioli — Acredito mesmo! Esse festival é uma prova. Fiquei realmente impressionado com a qualidade das obras. Acho que estamos mais próximos do tão sonhado pólo. Tem é que haver uma maior participação das pessoas ligadas à cultura. As universidades, por exemplo deveriam ter alguma contribuição para a cultura local. Não tô vendo nada, nem vindo da UnB. Mas tenho a impressão que esse problema das universidades não é uma coisa isolada; é como se estivesse havendo uma espécie de boicote à cultura brasiliense. O cinema, mais especificamente, está sendo prejudicado pela Fundação Cultural, que há três anos enviou a única moviola da cidade para conserto no Rio de Janeiro e até hoje não voltou. Por que não a trazem de volta? Porque não querem que se faça cinema na cidade; e a arte é crítica. Mas eles esquecem que a crítica é fundamental para o movimento cultural.

Depois do Festival, o pólo

Um dia alguém teve um sonho; e criaram o curso de Cinema da Universidade de Brasília. Queriam transformar a Capital da Esperança em um grande pólo cinematográfico, quem sabe, o maior do país. Mas o sonho, assim como veio, acabou. E muitos continuaram sonhando, mesmo com a cidade já completamente desvirtuada da idéia original. Muito se fez, muito se tentou, nada adiantou. Surgiram movimentos culturais; tentaram transformar Brasília na capital do teatro, da poesia, da marginalia e até na Capital do Natal. Há dois anos não se fazia mais nada de significativo, até que alguém teve uma idéia.

Foi recentemente, em maio, durante uma reunião da Associação Brasileira de Documentaristas. Falavam do sonho, buscavam saídas para a concretização do pólo, quando sugeriram que se fizesse uma retrospectiva do cinema local para demonstrar às autoridades competentes (no caso, o Governo do Distrito Federal) sua potencialidade e qualidade. Dera então a Vladimir Carvalho, professor de cinema da UnB, a tarefa de organizar o I Festival do Filme Brasileiro. Vladimir saiu a campo e, de 16 a 22 de agosto último, a vida cultural de Brasília ferveu.

Concorreram 13 filmes; todos recentes, e foram exibidos outros 19, produções dos anos 60, 70 e 80. "O Festival provou que Brasília tem

material humano mais que suficiente para a implantação do pólo cinematográfico; só falta material industrial", afirma a jornalista e líder cultural da cidade Maria do Rosário Caetano. "Foi a prova da vitalidade do nosso cinema", completa Vladimir Carvalho.

A idéia de descentralizar a produção cinematográfica brasileira já tem 20 anos. "O que se pretende com os pólos é, em última análise, juntar os recursos locais — de origem pública ou privada — para dar continuidade ao trabalho espontâneo que os cineastas já vinham realizando", explica Vladimir Carvalho. O Governo Federal já aceitou a idéia: a Embrafilme financia a metade das produções e um órgão público ou instituição cultural estadual, a outra. Mas; até o momento, o único Governo que entusiasmou-se pela idéia da descentralização cinematográfica foi o de Paulo Maluf, justamente em São Paulo, estado que, junto com o Rio de Janeiro, monopoliza a produção nacional.

— Este Festival mostrou que o Governo do Distrito Federal não tem mais como esquivar-se de apoiar o projeto do pólo — afirma Maria do Rosário Caetano. E a tática de fazer o Festival, ao que parece, deu certo. Semana passada, Vladimir Carvalho, em meio à uma audiência com diver-

sos outros artistas e intelectuais da cidade, entregou ao novo governador José Ornellas um documento reivindicando as condições mínimas para se fazer cinema em Brasília, ou seja, o pólo. Uma moviola (mesa de montagem) seria a primeira delas. Afinal, há cerca de três anos, a Fundação Cultural enviou ao Rio de Janeiro a única que possuía para conserto, e até hoje não a trouxe de volta.

Dos personagens mais ativos da vida cultural de Brasília, Marcelo Montiel, diretor de Cultura do Diretório Central de Estudantes da UnB, parece ser o único que não entusiasmou-se pelo Festival e pela perspectiva da implantação do pólo. "Nós já tentamos e não adianta; Brasília foi feita para não acontecer nada; nunca teremos uma vida cultural efervescente", argumenta. "A vocação também está ligada aos meios", rebate o artista plástico Glênio Bianchetti, um dos jurados do Festival. "Brasília tem uma vocação muito grande para o cinema; deve haver umas 100 pessoas na cidade girando em torno dele", fala outro jurado, Antenor Júnior. "Tem poucos lugares com tanta gente querendo fazer tanta coisa", argumenta o crítico musical Irlan Rocha Lima. "Fico intrigada com nossa efervescência cinematográfica. Por que outro tipo de arte em Brasília não consegue fazer manifestações como as

deste Festival? Essa tese do Montiel é instigante, mas também não tenho resposta para ela. Só sei que todos os cineastas que aqui aparecem apaixonam-se pela cidade", arremata Maria do Rosário.

De fato, desde o final do "movimento marginal", em meados de 1980, a cidade não via manifestações culturais tão apaixonadas como as do I Festival do Filme Brasileiro. Foram sete dias de auditório intransitável, filmes polêmicos, debates empolgantes, prêmios contestados, quiprocós na imprensa e manifestos impressos. No fim, uma unanimidade: "Cruviana", de José Acioli, o grande vencedor. Como resultado imediato, o Festival conseguiu colocar as obras premiadas (Cruviana, A Marcha do 3.º Destacamento Isolado, de Gougou, Conversas Paralelas, de Pedro Anísio, O Céu é o Limite, de João Lanari e Taguatinga em Pé de Guerra, de Armando Lacerda) competindo com ótimas chances na Jornada do Curta de Salvador, de 8 a 14 de setembro próximo; além de terem sido convidados para exibição na Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio, no Cineclube Carioca e no Museu de Arte de São Paulo. Enfim, como faz questão de frisar Vladimir Carvalho, "o Festival foi o acontecimento cultural do ano em Brasília". (H.S.)

Falta apoio ao teatro infantil de Brasília

As crianças saem tristes, sem ter entendido muito o que foram ver. Vinte pessoas aplaudem os quatro artistas que, do palco, agradecem displicentemente, ainda que simpáticos. Ao fundo, o pano encardido do cenário balança, após ter sido rasgado por uma criança que não se interessou pela "mensagem" do espetáculo. Este é o quadro do final de uma peça infantil em Brasília.

Por que o teatro infantil brasileiro é tão pobre? Segundo João Vianney, ator e produtor, o que falta é apoio oficial ou de iniciativa privada pois, "não há incentivos ao teatro, como também à cultura candonga em geral". Ele acrescenta que, "além disso, os grupos não possuem infra-estrutura séria e nem mesmo acreditam que possam desenvolver um trabalho profissional na cidade".

Para Guilherme Reis, ator e diretor, além do fator econômico, destaca-se a busca de uma nova linguagem teatral, destinada à "criança dos anos 80", que fuja ao chamado "teatro" e não se prenda ao uso de elementos ricos em fantasia. Guilherme acha que a comunicação com o espectador "deve ser feita de forma simples e direta, utilizando-se de elementos naturais e verdadeiros. 'Em geral', ele diz, 'os grupos preferem as montagens mais simplificadoras, sem que seus membros possuam o mínimo domínio da linguagem cênica, o que impede de comunicar-se com as crianças. O resultado é a primariedade das produções e a consequente insatisfação do espectador que não assimila o conteúdo do trabalho'".

Outra questão apontada como causa da precariedade dos espetáculos é o pouco investimento nos elementos que compõem o trabalho. "O maior problema é que o teatro infantil é encarado por grande parte de seus realizadores, como uma forma de ganhar dinheiro fácil", afirma o jornalista Kido Guerra. E acrescenta que "não há seriedade na maneira de encarar o processo de trabalho".

Na opinião do ator e diretor José Mauro, "os grupos investem pouco em figurinos, cenário e outros elementos, por achar que o público infantil é menos exigente e, por isso, qualquer baldeinho irá satisfazê-lo. Pouco investimento, maior lucro".

Neste contexto pode-se perceber que se faz necessário o interesse das entidades públicas e privadas pela arte produzida em Brasília; uma arte que não tenha, que ser feita nos porões e que possa apresentar bons trabalhos para um público não menos exigente que o dos "grandes centros culturais do país". Talvez esse tipo de atitude possibilite o surgimento de um trabalho sério e consistente.

(RICARDO BANDÉIRA)

Llosa e o papel político do escritor na América Latina

O escritor peruano Mário Vargas Llosa, convidado a participar da série de Encontros Internacionais promovido pela UnB, ao comentar sua vida e obra, confirmou a impressão dada ao seu público leitor em geral, sobre a clareza de estilo, a eloquência e a forma incisiva de se expressar que o incluíntre os nomes mais representativos da literatura latino-americana.

Na oportunidade, enfatizou a importância da leitura para o escritor, ao mesmo tempo que destacou o esforço, a dedicação e a paciência como elementos fundamentais à vocação literária.

Questionado sobre o seu papel no processo de transformação da América Latina, Vargas Llosa explicou que este comprometimento varia de acordo com as circunstâncias, dependendo do país em que o escritor vive. Especialmente em países como o Peru, onde, face à magnitude do problema social, à falta de liberdade e ao regime ditatorial, a sensibilidade das pessoas tende a ser mais exigida, o intelectual deve lutar, utilizando os seus privilégios, apresentando-se também na televisão, no rádio, nas conferências, na imprensa. Por outro lado, o escritor pode simplesmente se concentrar na sua obra e talvez assim, vir a ser até mais útil. Enfim, ao escritor cumpre opinar, atuar, se pronunciar contra o que julga estar errado, mas principalmente não renunciar à literatura.

No seu livro mais recente, "A Guerra do Fim do Mundo", além de ler sobre Canudos e o período histórico correspondente, foi necessário realizar um trabalho de campo, envolvendo não só a observação da área onde ocorreu o fato e dos vestígios da época, como também depoimentos de de alguma forma enriqueceram a narrativa. Neste sentido, o escritor

lembrou a inestimável contribuição prestada no Brasil por inúmeras pessoas que permitiram a concretização de seu trabalho.

Durante o encontro, o professor Otávio Mora perguntou-se "A Guerra do Fim do Mundo" não prejudica o realismo de "Os Sertões", empobrecendo mesmo, o épico de Euclides da Cunha, uma vez que o escritor brasileiro procurou descrever o despertar da consciência nacional, enquanto que Vargas Llosa principalmente relata a derrota do setanejo. Vargas Llosa, depois de acentuar que, sem Euclides, Canudos seria praticamente desconhecido, afirmou que aquele célebre escritor ultrapassa o histórico, o regional, o nacional, pela abordagem de um problema de extremo significado para a compreensão da realidade latino-americana. Justificando dessa forma o fato de haver se voltado para o episódio de Canudos, Vargas Llosa acrescentou que Euclides da Cunha abriu o caminho, uma espécie de comporta, para outras criações. "Os Sertões" pode servir ao estudo ou à imaginação, ao passo que "A Guerra do Fim do Mundo" consiste numa recriação resultada, em última análise, da superposição da fantasia à realidade.

Portanto, cabe observar que, se o leitor é atraído por Mário Vargas Llosa em razão do prestígio de Euclides da Cunha, a leitura de "A Guerra do Fim do Mundo" vai remetê-lo a "Os Sertões". Com efeito, trata-se no mínimo do estabelecimento de uma situação na qual o maior beneficiado será o leitor, quando não venha a suscitar novas indagações sobre o assunto e na melhor das hipóteses, servir de alerta a um povo que sabe muito pouco de sua própria história.

(CARMEM MORETZSOHN)



Foto: Sandra Tibana
Quem viu, gostou do show de Paulinho da Viola

Paulinho da Viola enrola a estória

Jeitão simpático, ar de menino pobre e humilde do morro, aperto de mão caloroso; assim é Paulinho da Viola. Artista consagrado em seu campo de atuação, reconhecidamente herdeiro dos grandes mestres do samba carioca, Paulinho é história na nossa MPB. E isto ficou constatado, mais uma vez, aqui em Brasília, onde esteve com seu show A Cada Hora Rola uma Estória, na sala Villa Lobos, dias 19, 20 e 21. A parte do sucesso que fez no Teatro, Paulinho foi naturalmente assediado por inúmeros fãs que não o deixaram descansar em nenhum momento. Até aí deu pra entender a sua irritação e a sua predisposição em não querer ser importunado. Afinal, aqui em Brasília, os artistas aparecem tão raramente, que quando chegam, provocam mesmo grande assédio. O que não deu pra engolir no entanto, foi o seu desinteresse em atender a imprensa local, principalmente a imprensa nanica. O Campus empreendeu uma verdadeira maratona no afã de entrevistá-lo. Gastou muita gasolina, muita lábia e muito telefonema. Mas apesar do empenho, a hora não rolou e a estória mais uma vez se repetiu: há duas semanas atrás, Paulo Gracindo foi criticado por fazer dos jornalistas brasileiros, repórteres de S.cupira. O que terá acontecido com os nervos de aço de Paulinho? Enfraqueceram? Ou tudo ficou por conta do estrelismo, cansaço ou quem sabe timidez? Não sabemos, o desfecho desta estória há de ser revelado uma outra hora, ou quem sabe na frase de um próximo verso? (Mara Régia)

Classificados

Toca-fitas

Vende-se toca-fitas Sharp AM/FM. Bom estado de conservação. Tratar com Hugo no Departamento de Comunicação da UnB (manhã) ou pelo fone: 245-1652.

Curso de Marcenaria

O Centro Acadêmico do Departamento de Arquitetura está oferecendo um curso de marcenaria. As inscrições poderão ser feitas com o Nelson CA ou com Cristina PEU=V. Preço Cr\$ 4.500,00 no ato de inscrição e Cr\$ 4.500,00 um mês depois. Total Cr\$ 9.000,00 por cabeça.

CAMISETAS PERSONALIZADAS NA COMUNICAÇÃO GRAVAÇÃO DE NOMES, NÚMEROS E DIVERSOS DESENHOS À SUA ESCOLHA. EM TODOS OS TAMANHOS E CORES DIFERENTES. SOMENTE AS QUARTAS-FEIRAS VENDAS NO CEUBINHO. PREÇOS COMPENSADORES.

Trotsky e Lênin

Marisa tem "brigadeiro" e "almirante" (Trotsky e Lênin) pra vender na porta do Bandeirão. São os melhores doces da cidade. E o preço é um barato: só Cr\$35,00.

Atenção Estudantes

Ao pensarem em lapiseiras não percam tempo nem paciência. Bem pertinho de vocês — no "hall" interno do 1º andar do Bandeirão — estarei esperando-os. Maiores informações pelo telefone: 224-6906, com o Bosco.

Ocupe este espaço. Escreva seu anúncio e mande para o Campus, no Departamento de Comunicação. Por enquanto sai de graça. Máximo de 30 palavras.

El Dorado



Dourada vertigem no horizonte.
Brilho de ouro
mas ser de miragem,
imagem.

Em cada gesto de espera,
vive a miragem,
a esperança.



Armando Bulcão